



RESUMOS DAS PESQUISAS DO PROGRAMA DE PESQUISADOR VOLUNTÁRIO - IPRI /FUNAG

Linha de pesquisa

Cooperação e temas da agenda internacional

Título

A internalização do Regime Internacional Sobre Mudanças Climáticas: um olhar aprofundado para os municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte

Guilherme Lara Camargo Tampieri

Resumo

No contexto de emergência climática, os municípios se apresentam como atores-chave para o planejamento e execução de estratégias de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, envolvendo políticas de descarbonização do transporte, o tratamento adequado dos resíduos sólidos urbanos, a eficiência na iluminação urbana, melhoria das encostas, moradias mais seguras, acesso à água, entre outras ações. A partir de experiência empírica, a pesquisa pretende lançar luz sobre como pode se dar o processo de internalização do Regime Internacional Sobre Mudanças Climática, a partir da identificação e caracterização (SOARES, 2014) de arranjos de Governança Climática de municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte, que totalizam quase 5.000.000 de habitantes, valendo-se do previsto no Acordo de Paris para a tal caracterização. Para elaborá-lo, foi feita revisão da bibliografia de três conceitos-chave da pesquisa, apresentados a seguir, revisão bibliográfica, levantamento de dados relativos aos instrumentos da política climática dos mais de 30 municípios e duas entrevistas semiestruturadas, com gestores da Prefeitura de Belo Horizonte e da Prefeitura Contagem. Em termos de modelo teórico, adotou-se três grandes conceitos-orientadores:

regime climático sobre mudança climáticas, governança climática e capacidades estatais municipais. A escolha pela Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) se dá pela existência de iniciativas ligadas às mudanças climáticas, com maior ou menor intensidade ao longo dos anos, na agenda administrativa da RMBH, tendo sido Belo Horizonte, a capital uma das primeiras Prefeituras do país a participarem de conferências internacionais sobre o tema. Embora ainda haja uma distância significativa entre a agenda global e os desafios vividos pelas comunidades mais afetadas pelas mudanças climáticas, há oportunidades de enriquecer os debates globais, em especial quando se trata da aplicação de planos de adaptação climática, resiliência comunitária e perdas e danos, a partir das experiências do território.

Metodologia

Pretende-se analisar como o regime internacional de mudanças climáticas são recepcionadas no nível doméstico de análise (Keohane e Milner, 1996), conformando o que será a governança climática municipal, mostrando como estas diferentes recepções têm a ver com a capacidade estatais municipais (Grin; Demarco; Abrucio, 2021) dos municípios da RMBH, valendo de autores como Keohane, Milner, King, Verba, Noam Chomsky, Anthony Giddens e outros. Serão usadas as técnicas de análise bibliográfica e documental, bem como envio de pedido de Lei de Acesso à Informação aos municípios e duas entrevistas semiestruturadas com gestores/técnicos de dois municípios. No próximo ciclo da pesquisa, que se iniciará em novembro de 2025, pretende-se expandir o diálogo para a Câmara dos Vereadores dos mesmos municípios, com envio de questionário semiestruturado, mais simplificado do que o ora enviado às Prefeituras, para compreender a compreensão dos órgãos legislativos locais sobre o objeto da pesquisa. Pretende-se, também, realizar entrevistas com pelo menos cinco parlamentares, com vistas a validar os dados coletados no formulário.

Estágio da pesquisa

A pesquisa está em estágio avançado, com previsão de encerramento entre agosto e outubro de 2026.

Referências bibliográficas

ACOT, Pascal. Já estamos na injustiça climática. Disponível em:

<<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/504609-ja-estamos-na-injustica-climatica-entrevista-com-pascal-acot>>.

ADAMS, Barbara et al. Climate justice for a changing planet: a primer for policy makers and NGOs. (No Title), 2009.

ADGER, W. Neil.; Paavola J., Huq, S., and Mace, M., 2006, Fairness in Adaptation to Climate Change. Cambridge.

AMARAL, Marcelo Cintra do. A mobilidade da cidade aos pedaços: espaço-tempo-corpo dos deslocamentos em Belo Horizonte. Tese de Doutorado (Geografia). Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 545 páginas, 2015a.

ANTON, D., and Shelton, D., 2011, Environmental Protection and Human Rights. Cambridge.

BAER, P., 2006, Adaptation: Who Pays Whom? in Adger, W., Paavola J., Huq, S., and Mace, M., 2006, Fairness in Adaptation to Climate Change. Cambridge

BARBOSA, Luciana Mendes; SOUZA, Matilde de. Securitização das mudanças climáticas: o papel da União Europeia. Contexto Internacional, v. 32, p. 121-153, 2010.

BOND, P., 2011, Politics of Climate Justice: Paralysis Above, Movement Below.

BULLARD, Robert. Environmental justice in the 21st century. Debating the earth, p. 3222-3356, 2005.

CAMERON, E., 2011, Development, climate change and human rights: From the Margins to the Mainstream? The World Bank.

CAMERAN, E., Shine, T., Bevins W., 2013, Climate Justice: Equity and Justice Informing a New Climate Agreement. World Resources Institute and Mary Robinson Foundation Climate Justice.

CARBON, Way. Análise de vulnerabilidade às mudanças climáticas no município de Belo Horizonte. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, Belo Horizonte, 2016.

CLIMATE JUSTICE ALLIANCE (CJA). Disponível em:

<https://unfccc.int/process/conferences/pastconferences/copenhagen-climate-change-conference-december-2009/statements-and-resources/information-provided-by-parties-to-the-convention-relating-to-the-copenhagen-agreement>. Acesso em 28 de janeiro de 2025.

COÊLHO, Denilson B. Mecanismos políticos e institucionais da difusão de políticas. Difusão de Políticas Públicas. Editora da UFABC, 2016.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 28 de janeiro de 2025.

DE AQUINO, Afonso Rodrigues; PALETTA, Francisco Carlos; DE ALMEIDA, Josimar Ribeiro. Vulnerabilidade ambiental. Editora Edgard Blücher, 2017.

DE CASTRO, JORGE ABRAHÃO. Políticas públicas e desenvolvimento. Avaliação de políticas públicas, p. 1, 2014.

DE SOUZA, Marcelo Lopes de. Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

DE SOUZA LEÃO, Eduardo Baltar; ANDRADE, José Célio Silveira; NASCIMENTO, Luís Felipe. Recife: A climate action profile. Cities, v. 116, p. 103270, 2021.

DINIZ, Pedro Ivo. Natureza jurídica do desenvolvimento sustentável no direito internacional. Revista de Direito Internacional, Brasília, v. 12, n. 2, 2015 p. 739-766

DRYZEK, John S. et al. Green states and social movements: environmentalism in the United States, United Kingdom, Germany, and Norway. OUP Oxford, 2003.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. Todo império perecerá. Teoria das relações internacionais. Tradução de Ane Lize Spaltemberg de Sequeira Magalhães, Brasília: Edunb, 2000; 483 p. Coleção Relações Internacionais.

ENVIRONMENTAL IMPACT ASSESSMENT REVIEW, v. 67, p. 101-108, 2015. 10 ALIER, Juan Martínez. O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2007. SOUZA, Arivaldo Santos de. Direito e racismo ambiental na diáspora africana: promoção da justiça ambiental através do direito. Bahia: EDUFBA, 2015.

FAGUNDEZ, Gabrielle Tabares; ALBUQUERQUE, Letícia; FILPI, Humberto Francisco Ferreira Campos Morato. Violação de direitos humanos e esforços de adaptação e mitigação: uma análise sob a perspectiva da justiça climática. Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos, v. 8, n. 1, p. 227-240, 2020.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Políticas públicas e relações internacionais. 2018.

GAZONI, Jefferson Lorencini. GÓES, Geraldo Sandoval. MOTA, Jose Aroudo. REGANHAN José Maria. SILVEIRA, Marcelo Teixeira da. Trajetória da Governança Ambiental. Boletim Regional e Urbano, v. 01, p. 11-20, 2008.

GIDDENS, Anthony. A política da mudança climática. Zahar, 2010.

FIOCRUZ. Mapa de conflitos, injustiça ambiental e saúde no brasil. Disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/>. Acesso em 25 de janeiro de 2025.

FOUCAULT, Michel. Segurança, Território, População. Rio de Janeiro: Martins Fontes. 2008

GERHARDT, Rodrigo.; CHUNG, Shuk Wah. O que o Clima tem a ver com Direitos Humanos? Disponível em: [O que o clima tem a ver com Direitos Humanos? - Greenpeace Brasil](#). Acesso em 25 de janeiro de 2025.

GRIN, Eduardo José; DEMARCO, Diogo Joel; ABRUCIO, Fernando Luiz. Capacidades estatais municipais: o universo desconhecido no federalismo brasileiro. 2021.

HARRIS, Paul G. et al. (Ed.). Routledge handbook of global environmental politics. New York: Routledge, 2014.

HUMAN RIGHTS COUNCIL. Climate change and poverty: Report of the Special Rapporteur on extreme poverty and human rights. June, 2019. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/3810720>. Acesso em 25 de janeiro de 2025.

HUQ, Saleemul et al. Reducing risks to cities from disasters and climate change. Environment and urbanization, v. 19, n. 1, p. 3-15, 2007.

IPCC. Summary for Policymakers. In: Climate Change 2021: The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Masson-Delmotte, V., P. Zhai, A. Pirani, S. L. Connors, C. Péan, S. Berger, N. Caud, Y. Chen, L. Goldfarb, M. I. Gomis, M. Huang, K. Leitzell, E. Lonnoy, J.B.R. Matthews, T. K. Maycock, T. Waterfield, O. Yelekçi, R. Yu and B. Zhou (eds.)]. Cambridge University Press. In Press. 2021

IPCC, 2022. Impacts, Adaptation and Vulnerability: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/>. Acesso em 25 de janeiro de 2025.

IWAMA, Allan Yu et al. Risco, vulnerabilidade e adaptação às mudanças climáticas: uma abordagem interdisciplinar. Ambiente & Sociedade, v. 19, p. 93-116, 2016.

JAKOBI, Anja. International organizations and lifelong learning: From global agendas to policy diffusion. Springer, 2009.

JACQUIER, Claude. On relationships between integrated policies for sustainable urban development and urban governance. Tijdschrift voor economische en sociale geografie, v. 96, n. 4, p. 363-376, 2005.

JUDY, Wu.; Gaellen Snell, Hasina Samji. “Climate anxiety in young people: a call to action”. The Lancet. Planetary Healthy, 2020.

KEOHANE, Robert O.; MILNER, Helen V. (Ed.). Internationalization and domestic politics. Cambridge University Press, 1996.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. Power and interdependence revisited. International organization, v. 41, n. 4, p. 725-753, 1987.

KEOHANE, Robert O.; VICTOR, David G. The regime complex for climate change. Perspectives on politics, v. 9, n. 1, p. 7-23, 2011.

- KING, Gary; KEOHANE, Robert O.; VERBA, Sidney. Designing social inquiry: Scientific inference in qualitative research. Princeton university press, 2021.
- KRASNER, Stephen D. Causas estruturais e consequências dos regimes internacionais: regimes como variáveis intervenientes. *Revista de Sociologia e Política*, v. 20, p. 93-110, 2012.
- LE PRESTRE, Philippe. *Ecopolítica Internacional*. São Paulo: Senac, 2005
- MACHADO FILHO, Haroldo. A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e o Protocolo de Kyoto. Klink, C. Quanto mais quente melhor. Desafiando a sociedade civil a entender as mudanças climáticas. São Paulo: Peirópolis, 2007.
- MADEIRA, Lígia Mori. Avaliação de políticas públicas. 2014.
- MARENGO, José A. Caracterização do clima no Século XX e Cenários Climáticos no Brasil e na América do Sul para o Século XXI derivados dos Modelos Globais de Clima do IPCC. Relatório, Ministério do Meio Ambiente (SBF-MMA), 2007.
- MAY, Tim Social Research. Issues, Methods and Process, 1993. Open University Press, Ney York, 2011, 4th edition.
- Milanez, B., & Fonseca, I. F. (2012). Climate justice: framing a new discourse in Brazil. *Local Environment*, 17(10), 1063–1073.
<https://doi.org/10.1080/13549839.2012.714757>. Acesso em 25 de janeiro de 2025
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org), Suely Ferreira Deslandes & Romeu Gomes, Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade, Editora Vozes 2009, 25ª. Edição.
- MONTIBELLER FILHO, Gilberto. Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável; conceitos e princípios. *Textos de economia*, v. 4, n. 1, p. 131-142, 1993.
- OLIVEIRA, Osmany Porto de; PAL, Leslie A. Novas fronteiras e direções na pesquisa sobre transferência, difusão e circulação de políticas públicas: agentes, espaços, resistência e traduções. *Revista de Administração Pública*, v. 52, p. 199-220, 2018.
- PALOTTI, P.; PEREIRA, Celina; CAMOES, M. A adoção da carreira de " gestor governamental" no Brasil: Há um processo de difusão em andamento. In: COÊLHO, Denilson B. Mecanismos políticos e institucionais da difusão de políticas. *Difusão de Políticas Públicas*. Editora da UFABC, 2016.
- PERICÁS NETO, Bernardo. Meio ambiente e relações internacionais. *Contexto Internacional*, v. 9, p. 9-17, 1989.
- PETTIT, Jethro. Climate justice: A new social movement for atmospheric rights, 2004.
- PRINCÍPIOS DE JUSTIÇA CLIMÁTICA DE BALI. <http://www.ejnet.org/ej/bali.pdf>. Acesso em 25 de janeiro de 2025..
- PUTNAM, Robert D. Diplomacy and domestic politics: the logic of two-level games. *International organization*, v. 42, n. 3, p. 427-460, 1988.

PUTNAM, Robert David. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RAMMÊ, R. S. A política da justiça climática: conjugando riscos, vulnerabilidades e injustiças decorrentes das mudanças climáticas. Revista de Direito Ambiental, v.65, p.367, 2012.

RASMUSSEN, Mattias Borg; PINHO, Patricia F. Debates: Environmental Justice and Climate Change in Latin America. In: Lasa Forum. 2016. p. 8-38.

RELATÓRIO DE IMPACTO HUMANO. Mudanças Climáticas. Disponível em: [human-impact-report.pdf \(ghf-ge.org\)](http://human-impact-report.pdf(ghf-ge.org)). Acesso em 25 de janeiro de 2025.

RAWLS, John. Uma teoria da justiça. Tradução de Almiro Pisetta, Lenita Maria Rimoli Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

RAYNAUT, Claude; PAULO DA CUNHA, L. A. N. A.; ZANONI, Magda. Pesquisa e formação na área do meio ambiente e desenvolvimento: novos quadros de pensamento, novas formas de avaliação. Desenvolvimento e meio ambiente, v. 1, 2000.

ROBINSON, Mary. Justiça Climática: Esperança, Resiliência e a luta por um futuro sustentável. Editora: Civilização Brasileira, 2021

ROUTLEDGE HANDBOOK OF CLIMATE JUSTICE, Edited by Tahseen Jafry. 2019. Jafry, T., Platje, J., 2016 Editorial Internacional Journal of Climate Change Strategies and Management 8.

RUSSO, Juan. La comparación en las ciencias sociales. 1991.

SABIN CENTER FOR CLIMATE CHANGE LAW. Lliuya v. RWE AG. Disponível em: <http://climatecasechart.com/non-us-case/liuya-v-rwe-ag/>. Acesso em 28 de agosto de 2021. The State of Biodiversity in Latin America and the Caribbean: A mid-term review of progress towards the Aichi Biodiversity Targets, Cambridge: UNEP-WCMC, 2016.

SALMI, Frederico; CANOVA, Moara Almeida; PADGURSCHI, Maíra CG. Ética climática,(in) justiças e limitações do Pagamento por Serviços Ambientais no Brasil. Ambiente & Sociedade, v. 26, p. e01232, 2023.

SARAIVA, José Flávio Sombra. O Brasil e o meio ambiente. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão/Thesaurus, 2009.

SEN, Amartya. A ideia de justiça. Editora Companhia das Letras, 2011.

SECURITY COUNCIL. 5663 rd meeting. United Nations, 17 abr. 2007. Disponível em:<https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s_pv_5663.pdf>. Acesso em 17 de de junho de 2022..

SOUSA, Ana Cristina Augusto de. A evolução da política ambiental no Brasil do século XX. Achegas.net. , v.I, p.26 - , 2005.

SOUZA, M. L. Mudar a cidade: Uma Introdução Crítica ao Planejamento e a Gestão Urbanos. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 556 p., 2003.

STAVINS, Robert N. Economic analysis of global climate change policy: a primer. In: Climate change: science, strategies, and solutions. Brill, 2001. p. 177-192.

UNFCCC. The Paris Agreement. Disponível em: <[The Paris Agreement | UNFCCC](#)>. Acesso em 28 de Agosto de 2025.

UNTERSTELL, N. 2017. Como se governa a política nacional de mudança do clima no Brasil hoje? Instituto Clima e Sociedade (iCS) e Fórum Brasileiro de Mudança do Clima (FBMC). Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: https://institutotalanoa.org/wp-content/uploads/2022/11/como_se_governa_a_pnmc_no_brasil_hoje.pdf. Acesso em outubro de 2024.

UN WOMEN (2016). Implementation of Gender-Responsive Climate Action in the Context of Sustainable Development. Germany. Available at: https://unfccc.int/files/gender_and_climate_change/application/pdf/egmreport.pdf.

WOOD, Christopher; DEJEDDOUR, Mohammed. Strategic environmental assessment: EA of policies, plans and programmes. Impact Assessment, v. 10, n. 1, p. 3-22, 1992.

YAMIN, Farhana; DEPLEDGE, Joanna. The international climate change regime: a guide to rules, institutions and procedures. Cambridge University Press, 2004.

XAVIER, Diego Ricardo; BARCELLOS, Christovam; FREITAS, Carlos Machado de. Eventos climáticos extremos e consequências sobre a saúde: o desastre de 2008 em Santa Catarina segundo diferentes fontes de informação. Ambiente & Sociedade, v. 17, n. 4, p. 273-294, 2014.

ZAPE, Katiani Lucia. DESAFIOS PARA EMERGÊNCIA CLIMÁTICA: UMA ANÁLISE SOBRE OS ESPAÇOS LOCAIS. Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades, v. 49, n. 261, p. 79-108, 2024.